SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF
SDS, Bloco "L", N.º 30, 5º Andar
Edifício Miguel Badya – Brasília/DF
E-mail: sucondsef@dieese.org.br
Telefone / Fax (0xx61) 2103-7200

Estudo Técnico nº 175/2014[1]:

Balanço das Greves no Setor Público

Dezembro de 2014

[1] Este estudo foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) a partir dos dados apresentados em Estudos & Pesquisas Dieese nº 66, de maio de 2013 – **Balanço das Greves em 2012** – com o objetivo de subsidiar as discussões da Direção da entidade em fóruns nacionais. Estudo completo disponível em http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf.

Introdução

De acordo com o Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG), desenvolvido e mantido pelo DIEESE, que reúne informações das greves de trabalhadores realizadas no Brasil desde 1978 e conta, atualmente, com mais de 28 mil registros, em 2012, registrou 873 greves. O resultado confirma a tendência de aumento do número de greves verificada a partir de 2008. As informações da série histórica também revelam que o total de greves cadastrado em 2012 é o maior verificado desde 1997.

As informações do SAG foram obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos ou eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.

Principais indicadores das greves de 2012

TABELA 1
Total de greves e horas paradas nas esferas pública e privada, por setor de atividade
Brasil, 2012

Esfera / Setor	Greves		Horas Paradas	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	**409**	**46,8**	**65.393**	**75,3**
Funcionalismo Público	**380**	**43,5**	**63.943**	**73,6**
Federal	37	4,2	7.242	8,3
Estadual	114	13,1	21.463	24,7
Municipal	227	26,0	35.030	40,3
Estadual e Municipal[1]	2	0,2	208	0,2
Empresas Estatais	**28**	**3,2**	**1.434**	**1,7**
Indústria	12	1,4	580	0,7
Serviços	14	1,6	838	1,0
Comércio	2	0,2	16	0,0
Func. Público e Emp. Estatais[2]	**1**	**0,1**	**16**	**0,0**
Esfera Privada	**461**	**52,8**	**21.223**	**24,4**
Indústria	330	37,8	15.012	17,3
Serviços	123	14,1	5.747	6,6
Comércio	5	0,6	304	0,3
Rural	3	0,3	160	0,2
Esfera Pública e Privada[3]	**3**	**0,3**	**242**	**0,3**
TOTAL	**873**	**100,0**	**86.858**	**100,0**

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais
(2) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos e trabalhadores das empresas estatais
(3) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada
Obs.: Somatória da duração em horas de cada greve, com limite máximo de oito horas para cada dia de paralisação

O número de greves realizadas pelos trabalhadores da esfera pública foram 409 enquanto na esfera privada 461. Em termos proporcionais as greves da esfera pública representaram 47% e as greves da esfera privada 53% do total anual.

Entre as greves verificadas exclusivamente na esfera pública, entre as empresas estatais, metade das greves foi deflagrada no setor de serviços (14); entre o

funcionalismo público, a maioria das greves foi deflagrada por servidores municipais (227).

Foram contabilizadas 86,9 mil horas paradas em 2012. Há, neste indicador, a confirmação de uma tendência de aumento nas horas paradas que vem sendo percebida mais claramente desde 2009. A série histórica também revela que o total anual de horas não trabalhadas em 2012 é o maior desde 1991.

O total de horas paradas nas greves da esfera pública (65,4 mil) superou substancialmente o registrado na esfera privada (21,2 mil). Em termos proporcionais, as horas paradas na esfera pública representam 75% do total anual.

Duração

Observa-se que 265 greves (30%) foram encerradas no mesmo dia em que foram deflagradas (Tabela 2). Os protestos que não ultrapassaram um dia foram mais frequentes nas empresas estatais (43%) e na esfera privada (34%). No funcionalismo público, significaram 25% do total.

A maioria das greves (60%) não ultrapassou cinco dias. Esse percentual é maior nas empresas privadas (69%) e nas empresas estatais (68%). No caso do funcionalismo público, 48% tiveram duração de até 5 dias. Quanto às paralisações superiores a 30 dias, das 101 greves registradas, 87 ocorreram no funcionalismo público.

TABELA 2
Distribuição de greves segundo a duração dos movimentos, por esfera
Brasil, 2012

Dias de paralisação (1)	TOTAL			Esfera Pública						Esfera Privada		
				Funcionalismo público			Empresas Estatais					
	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.	nº	%	% acum.
1	265	30,4	30,4	96	25,3	25,3	12	42,9	42,9	157	34,1	34,1
2 a 5	255	29,2	59,6	86	22,6	47,9	7	25,0	67,9	161	34,9	69,0
6 a 10	111	12,7	72,3	35	9,2	57,1	2	7,1	75,0	73	15,8	84,8
11 a 15	63	7,2	79,5	33	8,7	65,8	3	10,7	85,7	25	5,4	90,2
16 a 30	78	8,9	88,4	43	11,3	77,1	3	10,7	96,4	32	6,9	97,1
31 a 60	62	7,1	95,5	48	12,6	89,7	1	3,6	100,0	13	2,8	100,0
61 a 90	27	3,1	98,6	27	7,1	96,8	-	-	-	-	-	-
Mais de 90	12	1,4	100,0	12	3,2	100,0	-	-	-	-	-	-
TOTAL	873	100,0	-	380	100,0	-	28	100,0	-	461	100,0	-

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Nota: (1) Dias corridos

A ausência de regulamentação da negociação coletiva de trabalho no funcionalismo público continua a ser um fator importante para explicar a discrepância entre a duração das greves nas esferas pública e privada. Devido à virtual inexistência de data-base para a renovação das normas que regem as condições de trabalho, a paralisação das atividades é, muitas vezes, instrumento para pressionar pela abertura de negociações - que raramente têm início imediato.

É preciso mencionar também o fato de que as negociações na esfera pública são bastante complexas, envolvendo vários órgãos e instâncias, bem como o Poder Legislativo.

Volume e Densidade

Na Tabela 3, são mostrados os indicadores de volume e densidade das greves, baseados na quantidade de trabalhadores e nas horas paradas. Para tanto, foram consideradas apenas as 401 greves (46% dos registros) das quais foi possível obter informações sobre o número de grevistas.

As greves de 2012 contaram com a participação de cerca de 1,8 milhão de trabalhadores, com média de 4.419 trabalhadores por greve, totalizando cerca de 382 milhões no indicador trabalhadores x horas paradas.

As greves ocorridas na esfera pública, apesar do menor número, mobilizaram, em média, mais trabalhadores, por mais tempo, resultando em maior participação no indicador trabalhadores x horas paradas (76%).

TABELA 3
Número de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve e trabalhadores x horas paradas, nas esferas pública e privada
Brasil, 2012

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve	Trabalhadores x horas paradas[1]	
	nº	%	nº	%	nº	nº	%
Esfera Pública	**125**	**31,2**	**673.796**	**38,0**	**5.390**	**287.990.312**	**75,5**
Funcionalismo Público	116	28,9	561.529	31,7	4.841	280.032.176	73,4
Empresas Estatais	9	2,2	112.267	6,3	12.474	7.958.136	2,1
Esfera Privada	**275**	**68,6**	**811.627**	**45,8**	**2.951**	**77.542.468**	**20,3**
Esfera Pública e Privada[2]	**1**	**0,2**	**286.530**	**16,2**	**286.530**	**16.127.040**	**4,2**
TOTAL	**401**	**100,0**	**1.771.953**	**100,0**	**4.419**	**381.659.820**	**100,0**

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Nota: (1) Horas paradas em cada greve, multiplicadas pelo número de grevistas
(2) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada
Obs.: Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados

Outra maneira de analisar estes mesmos indicadores apresentados seria pelo nível de organização – por categoria profissional ou por empresa/unidade – dos funcionários públicos e dos trabalhadores da esfera privada (Tabela 4).

As greves de funcionários públicos ocorreram, em sua maioria, no âmbito das categorias profissionais (77%). Na esfera privada, as greves organizadas por empresa foram mais freqüentes (84%). Entre o funcionalismo público, as greves de categoria responderam por 96% do total de grevistas e 99% do indicador trabalhadores x horas paradas. As greves de categoria realizadas na esfera privada, embora muito menos frequentes do que as greves por empresas (16%) envolveram um percentual considerável de grevistas (47%) e do indicador *trabalhadores x horas paradas* (46%).

A maioria dos grevistas da esfera privada (53%) organizou suas mobilizações no âmbito das empresas – o que resultou em maior participação do produto *trabalhadores x horas paradas* (54%) neste nível de organização.

Quanto ao número de grevistas, embora a média de trabalhadores parados por greve na esfera privada (2.951 grevistas) seja inferior à média observada no funcionalismo público (4.841 grevistas), quando são analisadas exclusivamente as greves de categoria de cada esfera, a comparação mostra que a média de trabalhadores envolvidos nas greves de categoria da esfera privada é 46% maior que a média de trabalhadores nas greves de categoria da esfera pública.

TABELA 4
Número de greves, grevistas, média de trabalhadores por greve e trabalhadores x horas paradas de funcionários públicos e de trabalhadores na esfera privada, no âmbito de empresa e de categoria
Brasil – 2012

Esfera / Setor	Greves		Grevistas		Média de trabalhadores por greve	Trabalhadores x horas paradas[1]	
	nº	%	nº	%	nº	nº	%
Funcionalismo Público	**116**	**100,0**	**561.529**	**100,0**	**4.841**	**280.032.176**	**100,0**
Categoria	89	76,7	541.294	96,4	6.082	276.925.848	98,9
Unidade[2]	27	23,3	20.235	3,6	749	3.106.328	1,1
Esfera Privada	**275**	**100,0**	**811.627**	**100,0**	**2.951**	**77.542.468**	**100,0**
Categoria	43	15,6	382.014	47,1	8.884	35.848.636	46,2
Empresa	232	84,4	429.613	52,9	1.852	41.693.832	53,8

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Nota: 1) Horas paradas em cada greve, multiplicadas pelo número de grevistas
(2) Autarquias, fundações, institutos, hospitais e universidades
Obs.: (a) Foram consideradas apenas as greves das quais se obteve informação sobre o número de trabalhadores parados
(b) Os percentuais foram calculados sobre o total de greves realizadas por funcionários públicos e por trabalhadores na esfera privada, separadamente
(c) Não foram discriminadas as paralisações dos trabalhadores em empresas estatais e as que envolveram conjuntamente trabalhadores das esferas pública e privada

Adesão

Na esfera pública, destacam-se a greve dos servidores técnico-administrativos das universidades federais, com adesão de mais de 100 mil grevistas e duração de 73 dias; a greve dos docentes das universidades federais, com adesão de mais de 100 mil grevistas e duração de 124 dias; e a greve dos trabalhadores dos Correios, com adesão de cerca de 72 mil grevistas e duração de nove dias.

Motivações das greves

Nesta seção, serão identificadas as causas que levaram os trabalhadores à suspensão das atividades em 2012. Para isso, inicialmente, será analisado o caráter das paralisações, entendido como a intenção geral das reivindicações. Para cada greve, o conjunto de exigências dos trabalhadores foi examinado e classificado de acordo com os seus propósitos. Greves que propõem novas conquistas ou ampliação das já asseguradas são consideradas propositivas. As denominadas defensivas são as que se caracterizam pela defesa de condições de trabalho vigentes, pelo respeito a condições mínimas de trabalho, saúde e segurança ou contra o descumprimento de direitos estabelecidos em acordo ou legislação. Paralisações que visam ao atendimento de reivindicações que ultrapassam o âmbito das relações de trabalho são classificadas como greves de protesto. Já os movimentos que se propõem a apoiar trabalhadores de outras categorias, empresas ou setores da empresa, são considerados greves de solidariedade.

É preciso mencionar que uma mesma paralisação pode conter mais de um caráter na pauta de reivindicações. Por isso, nas tabelas, a soma dos percentuais pode ultrapassar os 100%.

Em 2012, 67% das greves foram defensivas e 64%, propositivas. Das greves defensivas, quase metade (47%) foi contra o descumprimento de direitos. Além disso,

13% das greves tiveram caráter de protesto e houve um único registro de greve de solidariedade[2].

Na esfera pública, as reivindicações de caráter defensivo foram as mais frequentes (73%), com o destaque para os movimentos contra o descumprimento de direitos (52%). As greves de protesto concentram-se na esfera pública.

TABELA 5
Caráter das greves, por esfera
Brasil – 2012

Caráter	Total (873 greves)		Esfera Pública (409 greves)		Esfera Privada (461 greves)	
	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas	**561**	**64,3**	**270**	**66,0**	**289**	**62,7**
Defensivas	**589**	**67,5**	**300**	**73,3**	**285**	**61,8**
Manutenção de condições vigentes	310	35,5	166	40,6	141	30,6
Descumprimento de direitos	412	47,2	212	51,8	199	43,2
Protesto	**110**	**12,6**	**105**	**25,7**	**5**	**1,1**
Solidariedade	**1**	**0,1**	**0**	**0,0**	**1**	**0,2**

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Obs.: (a) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações
(b) A greve empreendida conjuntamente por trabalhadores de bancos públicos e privados conteve reivindicações de caráter propositivo e defensivo (manutenção de condições vigentes)
(c) A greve empreendida conjuntamente por funcionários públicos municipais e terceirizados de asseio e conservação, em Salvador, conteve reivindicações de caráter defensivo (descumprimento de direitos e manutenção de condições vigentes)
(d) A greve empreendida conjuntamente por funcionários da rede estadual e da rede privada de Saúde, na Região Metropolitana de Belém, conteve reivindicações de caráter propositivo e defensivo (manutenção de condições vigentes)

A Tabela 6 apresenta os mesmos dados, desagregados no interior da esfera pública e por setor de atividade na esfera privada. Na esfera pública, greves propositivas foram predominantes nas empresas estatais (89%). Já entre o funcionalismo público, as greves defensivas (74%) é que foram majoritárias. A comparação também revela resultados diferentes em relação ao tipo mais frequente de greve defensiva - contra o descumprimento de direitos, entre o funcionalismo público, e pela manutenção de condições vigentes, entre os trabalhadores das estatais.

TABELA 6
Caráter das greves, por esfera e setores de atividade
Brasil – 2012

Caráter	Esfera Pública				Esfera Privada							
	Func. Público (380)		Empr. Est. (28)		Indústria (330)		Serviços (123)		Comércio (5)		Rural (3)	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Propositivas	**244**	**64,2**	**25**	**89,3**	**221**	**67,0**	**63**	**51,2**	**4**	**80,0**	**1**	**33,3**
Defensivas	**283**	**74,5**	**17**	**60,7**	**202**	**61,2**	**77**	**62,6**	**4**	**80,0**	**2**	**66,7**
Manutenção cond. vigentes	151	39,7	14	50,0	108	32,7	27	22,0	4	80,0	2	66,7
Descumprimento de direitos	207	54,5	5	17,9	134	40,6	61	49,6	3	60,0	1	33,3
Protesto	**101**	**26,6**	**3**	**10,7**	**3**	**0,9**	**2**	**1,6**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**
Solidariedade	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**	**1**	**0,8**	**0**	**0,0**	**0**	**0,0**

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Obs.: (a) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações
(b) A greve empreendida conjuntamente por servidores públicos estaduais e por trabalhadores da estatal Empaer, no Mato Grosso, conteve reivindicações propositivas, defensivas (manutenção de condições vigentes) e de protesto
(c) A greve empreendida conjuntamente por trabalhadores de bancos públicos e privados conteve reivindicações de caráter propositivo e defensivo (manutenção de condições vigentes)
(d) A greve empreendida conjuntamente por funcionários públicos municipais e terceirizados de asseio e conservação, em Salvador, conteve reivindicações de caráter defensivo (descumprimento de direitos e manutenção de condições vigentes)
(e) A greve empreendida conjuntamente por funcionários da rede estadual e da rede privada de Saúde, na Região Metropolitana de Belém, conteve reivindicações *de caráter propositivo e defensivo (manutenção de condições vigentes)*

[2] Em 28/11, os motoristas do transporte urbano de passageiros da Região Metropolitana de Florianópolis paralisaram suas atividades por duas horas em apoio à greve dos servidores estaduais de saúde.

As principais reivindicações das greves, em todos os movimentos registrados, estão relacionadas na Tabela 7. A exigência de reajuste salarial é predominante no conjunto das greves analisadas (41%). Em menor proporção, aparecem reivindicações de introdução, manutenção ou melhoria de auxílio alimentação (27%); cumprimento, implantação e/ou reformulação de Plano de Cargos e Salários (23%) e paralisações por questões relativas à Participação nos Lucros ou Resultados (19%). É digna de nota, neste conjunto, a frequência de queixas contra o atraso no pagamento dos salários (18%).

Há importantes peculiaridades quanto à importância dada às diversas reivindicações, quando se analisam, separadamente, as pautas dos movimentos da esfera pública e da esfera privada.

TABELA 7
Principais reivindicações das greves na esfera pública
Brasil – 2012

Reivindicação	Greves	
	nº	%
Reajuste Salarial	201	49,1
PCS - Plano de Cargos e Salários	167	40,8
Piso salarial	107	26,2
Condições de trabalho	95	23,2
Pagamento de salários atrasados	65	15,9
Educação pública	55	13,4
Alimentação	53	13,0
Contratação	47	11,5
Gratificações	34	8,3
Gratificação por função especial	32	7,8
Insalubridade	32	7,8

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

A demanda por reajuste salarial foi a principal reivindicação na esfera pública, compondo a pauta de quase metade das paralisações (49%). Em seguida, de modo também bastante expressivo, registraram-se reivindicações por cumprimento, elaboração e/ou implantação de Plano de Cargos e Salários (que corresponderam a 41% dessas mobilizações) e as reivindicações pelo piso salarial, relacionadas principalmente às greves dos professores municipais pelo pagamento do Piso Nacional do Magistério (que correspondem a 26% do conjunto). Ainda com destaque: registraram-se greves pela manutenção ou melhoria das condições de trabalho (23%), greves contra o atraso no pagamento dos salários (16%) e protestos pela melhoria da educação pública (13%).

Encaminhamentos das greves

Reações patronais

As reações patronais foram captadas em apenas 71 relatos de greve (8% do total). O procedimento mais usualmente utilizado pelos patrões foi o desconto salarial, observado em 29 paralisações. O recurso à repressão policial foi registrado em 28 casos e a ameaça de demissão, em 14. O interdito proibitório[3] foi solicitado e obtido em oito

[3] Decisão judicial que impede que os grevistas se aproximem do local de trabalho.

casos. Em sete casos, foram efetuadas demissões e trabalhadores foram punidos em quatro casos. Em duas das greves em que ocorreram demissões, os trabalhadores foram readmitidos. Nas outras, em ao menos quatro, as demissões foram mantidas após o encerramento da paralisação.

Formas de resolução dos conflitos

Em 2012, foram registradas 509 greves (58% do total anual) com informações sobre os meios adotados pelas partes para a resolução dos conflitos. Na grande maioria (89%), foi adotado o recurso à negociação direta e/ou mediada e, em 37%, apurou-se o envolvimento do Poder Judiciário na resolução (Tabela 8).

TABELA 8
Formas de resolução dos conflitos
Brasil – 2012

Formas de resolução	Greves (509)	
	nº	%
Negociação	453	89,0
Intervenção/participação da Justiça[1]	187	36,7
Decisão judicial	135	26,5
Acordo Judicial	50	9,8
Recursos[2]	23	4,5
Constituição de comissão	13	2,6

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Nota: (1) O total de "intervenção/participação da Justiça" pode ser superior à soma dos subitens, dado que em uma mesma greve o Judiciário pode intervir em um momento como conciliador e em outro como árbitro
(2) Greves com informação sobre a intervenção/participação da Justiça, mas sem notícia sobre os resultados do julgamento ou cujo término ocorreu antes de decisão judicial
Obs.: (a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados
(b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dado que uma mesma paralisação pode conter mais de um mecanismo de solução de conflitos

A atuação da Justiça foi mais acionada na esfera pública: 41% das 215 greves dessa esfera (das quais foram obtidas informações sobre mecanismos de solução de conflitos). Nas paralisações do funcionalismo público, a Justiça foi mais acionada entre as greves que atingiram governos estaduais (56%) e menos nas que se deram no âmbito do governo federal (21%). Na esfera privada, o Judiciário foi acionado em 1/3 das paralisações registradas (Tabela 9).

TABELA 9
Envolvimento da Justiça na solução das greves, nas esferas pública e privada
Brasil – 2012

Esfera	Total de greves (509)	Greves com envolvimento da Justiça (187)	
	nº	nº	%
Esfera Pública	**215**	89	**41,4**
Funcionalismo Público	197	81	41,1
Federal	14	3	21,4
Estadual	63	35	55,6
Municipal	119	42	35,3
Estadual e Municipal[1]	1	1	100,0
Empresas Estatais	18	8	44,4
Esfera Privada	**291**	97	33,3
Esfera Pública e Privada[2]	3	1	33,3

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Nota: (1) Greve empreendida conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais
(2) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada
Obs.: (a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

A abertura de negociação para o encaminhamento das reivindicações foi mais frequente na esfera privada (95%) do que na pública (80%). Mesmo assim, no setor público federal, foram abertas negociações em todas as greves deflagradas - e no setor público estadual, em 84%. Os governos municipais foram os mais resistentes à negociação. Apesar disso, negociaram em 76% dos casos. Existem poucas diferenças entre os percentuais de abertura de negociações no funcionalismo público (80%) e nas empresas estatais (83%).

TABELA 10
Negociações diretas abertas durante as greves, nas esferas pública e privada
Brasil – 2012

Esfera	Total de greves (509)	Negociações (453)	
	nº	nº	%
Esfera Pública	**215**	**173**	**80,5**
Funcionalismo Público	197	158	80,2
Federal	14	14	100,0
Estadual	63	53	84,1
Municipal	119	90	75,6
Estadual e Municipal[1]	1	1	100,0
Empresas Estatais	18	15	83,3
Esfera Privada	**291**	**277**	**95,2**
Esfera Pública e Privada[2]	3	3	**100,0**

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Nota: (1) Greve empreendida conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais
(2) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada
Obs.: (a) Foram consideradas apenas as greves com mecanismos de resolução de conflitos informados

Resultados das greves

A análise dos resultados das greves acompanhadas em 2012 permite estimar em que medida os movimentos paredistas foram bem-sucedidos. Para tanto, foram consideradas 533 paralisações (61% do total). Aproximadamente 75% dos movimentos considerados tiveram algum êxito no atendimento das reivindicações (Tabela 11). O percentual das mobilizações organizadas por trabalhadores que apresentaram maior efetividade foi menor para o caso do funcionalismo público (63%) quando comparado com a esfera privada, 85% das greves resultando em atendimento total ou parcial das reivindicações. Esse percentual para o caso das empresas estatais chegou a 48%.

O atendimento total das reivindicações também foi superior na esfera privada (32%). No funcionalismo público, 16% das greves tiveram esse tipo de resultado e, nas empresas estatais, nenhuma das greves resultou em atendimento total das reivindicações. Em 30 greves, as reivindicações foram todas rejeitadas: 24 no funcionalismo público, cinco na esfera privada e uma em empresa estatal.

Por outro lado, é na esfera pública que se constata o maior percentual de greves encerradas mediante compromisso de prosseguimento das negociações: 39% no funcionalismo público e 48% nas empresas estatais. Na esfera privada isso ocorre em 30% das greves.

TABELA 11
Resultados das greves nas esferas pública e privada
Brasil – 2012

Resultado	Total		Esfera Pública				Esfera Privada	
			Func. Públicos		Empresas Estatais			
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Atendimento das reivindicações	401	75,2	127	63,2	10	47,6	262	84,8
Integral	133	25,0	33	16,4	0	0,0	99	32,0
Parcial	268	50,2	94	46,8	10	47,6	163	52,8
Rejeição das reivindicações	30	5,6	24	11,9	1	4,8	5	1,6
Prosseguimento das negociações	181	34,0	79	39,3	10	47,6	92	29,8
TOTAL	**533**	**100,0**	**201**	**100,0**	**21**	**100,0**	**309**	**100,0**

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Obs.: (a) Foram consideradas apenas as greves com resultados informados
(b) A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves analisado, dada a possibilidade de uma mesma paralisação ter dois resultados combinados
(c) A greve empreendida conjuntamente por funcionários públicos municipais e terceirizados de asseio e conservação, em Salvador, terminou com o atendimento integral das reivindicações
(d) A greve empreendida conjuntamente por trabalhadores de bancos públicos e privados terminou com o atendimento parcial das reivindicações

Além da análise dos resultados diante das reivindicações que motivaram a deflagração das greves, também foram examinadas definições sobre o pagamento ou compensação das horas paradas e garantias contra retaliações. Esse tipo de informação foi obtido em 167 paralisações (19% do total).

Em 107 greves, os trabalhadores conquistaram o não desconto dos salários de, ao menos, parte das horas paradas; em 62 greves, os trabalhadores comprometeram-se a repor integral ou parcialmente as horas de interrupção do trabalho; e em 15 greves, houve desconto dos dias parados. Foram registradas 37 greves que se encerraram com garantias de estabilidade no emprego e 14 com garantias de não punição dos trabalhadores.

Quanto às decisões judiciais sobre o exercício das greves, foram observadas 43 paralisações consideradas pela Justiça como abusivas (ou ilegais): 16 no funcionalismo estadual, 14 no funcionalismo municipal, uma que atingiu o funcionalismo estadual e municipal conjuntamente e 12 na esfera privada. Vinte e quatro greves foram consideradas não abusivas (ou legais): 10 na esfera privada, cinco no funcionalismo estadual e nove no funcionalismo municipal. Em sete paralisações, as partes envolvidas aguardavam decisões judiciais sobre os movimentos e/ou reivindicações no momento em que foram encerradas.

Greves dos funcionários públicos federais

Em 2012, das 37 greves observadas no funcionalismo público federal, 12 foram deflagradas por funcionários da administração direta, sete pelos do Judiciário, cinco por funcionários de fundações e institutos, quatro por servidores da Saúde, três por policiais e três por professores do Ensino Superior. Também realizaram greves os professores da rede de Ensino Técnico-Profissional e os servidores administrativos das universidades - cada uma das categorias com uma greve. Há também o registro de uma paralisação conjunta de professores e servidores administrativos das universidades.

O funcionalismo público federal apresentou reivindicações de caráter propositivo em 81% das greves e defensivo em 40%. A reivindicação por manutenção de condições vigentes foi mais frequente do que a denúncia de descumprimento de direitos. Em relação ao conjunto das paralisações, as greves dos servidores federais são mais propositivas e menos defensivas (Tabela 12).

TABELA 12
Caráter das greves de funcionários públicos federais
Brasil – 2012

Caráter	Funcionário Público Federal (37)		Total (873 greves)	
	nº	%	nº	%
Propositivas	30	81,1	561	64,3
Defensivas	15	40,5	589	67,5
Manutenção de condições vigentes	12	32,4	310	35,5
Descumprimento de direitos	5	13,5	412	47,2
Protesto	6	16,2	110	12,6
Solidariedade	0	0,0	1	0,1

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

No que se refere às reivindicações propriamente ditas, os funcionários públicos federais têm como principais pleitos o reajuste salarial (86%), seguido por exigências de cumprimento de acordo, elaboração ou reestruturação de Plano de Cargos e Salários (46%). Reivindicações ligadas à melhoria/manutenção das condições de trabalho e à realização de concurso público estiveram presentes em 13% das greves. Destaca-se também a presença de reivindicações ligadas à fixação, manutenção ou alteração da data-base da categoria (11%).

TABELA 13
Principais reivindicações das greves no funcionalismo público federal
Brasil – 2012

Reivindicação	Funcionalismo Público Federal (37 greves)		Total (873 greves)	
	nº	%	nº	%
Reajuste salarial	32	86,5	355	40,7
PCS - Plano de Cargos e Salários	17	45,9	201	23,0
Condições de trabalho	5	13,5	133	15,2
Contratação	5	13,5	51	5,8
Alimentação	4	10,8	235	26,9
Data-base	4	10,8	15	1,7
Redução de jornada	4	10,8	51	5,8
Educação pública	3	8,1	55	6,3
Insalubridade	3	8,1	42	4,8
Legislação	3	8,1	9	1,0
Piso salarial	3	8,1	141	16,2
Política salarial	3	8,1	3	0,3
Terceirização	3	8,1	18	2,1

Fonte: DIEESE. SAG- Sistema de Acompanhamento de Greves
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Greves dos funcionários públicos estaduais

No âmbito dos governos estaduais, os funcionários públicos deflagraram 114 greves em 2012. Dessas, 45 ocorreram na região Nordeste (com destaque para Alagoas,

com 13 greves, Sergipe, com nove, e Rio Grande do Norte, com oito). No Norte, foram registradas 21 greves (destaque para o Pará, com 14). No Sudeste, foram observadas 20 greves (destaque para o Rio de Janeiro, com 10) e, na região Sul, 16 greves (destaque para o Paraná, com 13). Por fim, o Centro- Oeste registrou 12 greves (destaque para Goiás, com cinco).

A maior parte dessas mobilizações (45 greves) ocorreu entre os servidores da Educação. Entre da Saúde, foram contabilizadas 29 greves; entre os da Segurança Pública, 18; e, entre os servidores da administração direta, 10. Servidores de fundações e institutos estaduais paralisaram as atividades nove vezes e os do Judiciário, três vezes.

Em relação ao caráter das greves (Tabela 14), 82% das mobilizações registradas no âmbito dos governos estaduais apresentaram reivindicações propositivas e 68%, defensivas. Destas, 48% reivindicam a manutenção de condições vigentes e 32% denunciam o descumprimento de direitos. Em relação ao conjunto, as greves dos servidores estaduais são mais propositivas e igualmente defensivas. Das 110 greves de protesto realizadas em 2012, 43 foram deflagradas pelo funcionalismo público estadual.

TABELA 14
Caráter das greves de funcionários públicos estaduais
Brasil – 2012

Caráter	Funcionário Público Estadual (114)		Total (873 greves)	
	nº	%	nº	%
Propositivas	93	81,6	561	64,3
Defensivas	78	68,4	589	67,5
Manutenção de condições vigentes	55	48,2	310	35,5
Descumprimento de direitos	37	32,5	412	47,2
Protesto	43	37,7	110	12,6
Solidariedade	0	0,0	1	0,1

Fonte: DIEESE. SAG - Sistema de Acompanhamento de Greves
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Quanto às reivindicações, 59% das greves dos servidores estaduais incluíram o reajuste salarial na pauta; 54%, o Plano de Cargos e Salários; e 37%, a manutenção/melhoria das condições de trabalho. Questões relativas à realização de concursos para a contratação de novos funcionários constaram em 20% das pautas e o piso salarial, em 17%. Reivindicações cujo caráter é classificado como protesto - melhorias na educação pública e melhorias na saúde pública - estão presentes de modo destacado.

Greves dos funcionários públicos municipais

Foram registradas 227 paralisações deflagradas por funcionários públicos municipais. Destas, 128 ocorreram no Nordeste (destaque para Bahia, com 28, Sergipe, com 20, Maranhão, com 18, e Ceará, com 15). Na região Sudeste, foram registradas 33 greves (destaque para São Paulo,com 14, e Minas Gerais, com 11); na região Norte, 29 (destaque para o Pará, com 13); e na região Sul, 24 (destaque para Santa Catarina, com 10). Por fim, a região Centro-Oeste registrou 13 greves (destaque para o Mato Grosso, com oito).

A maior parte dessas mobilizações (118 greves) ocorreu entre servidores da Educação. Foram contabilizadas 67 greves entre os servidores da administração direta e

36 entre os da Saúde. Servidores da Segurança Pública deflagraram duas greves – assim como os do poder Legislativo e os de fundações e institutos municipais.

As mobilizações dos servidores públicos municipais foram mais defensivas (83%) que propositivas (52%). As greves contra o descumprimento de direitos (72%) foram mais frequentes do que as que reivindicavam manutenção de condições vigentes (37%). Das 110 greves de protesto deflagradas em 2012, quase metade (51 greves) foi deflagrada pelo funcionalismo municipal (Tabela 15).

TABELA 15
Caráter das greves de funcionários públicos municipais
Brasil – 2012

Caráter	Funcionário Público Municipal (227)		Total (873 greves)	
	nº	%	nº	%
Propositivas	119	52,4	561	64,3
Defensivas	188	82,8	589	67,5
Manutenção de condições vigentes	83	36,6	310	35,5
Descumprimento de direitos	164	72,2	412	47,2
Protesto	51	22,5	110	12,6
Solidariedade	0	0,0	1	0,1

Fonte: DIEESE. SAG – Sistema de Acompanhamento de Greves
Obs.: A soma das parcelas pode ser superior ao total de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações

Em relação às reivindicações, em 2012, 35% das greves do funcionalismo público municipal tinham o reajuste salarial em sua pauta. O Plano de Cargos e Salários e o piso salarial (que, como já foi mencionado, relaciona-se principalmente à reivindicação de pagamento do Piso Nacional do Magistério) estiveram presentes em 34% das greves. A demanda pela regularização do pagamento de salários atrasados esteve em terceiro lugar, presente em 28% das greves.

Os protestos pela melhoria na educação pública, presentes em 15% das greves, também devem ser destacados. Além disso, as queixas contra o atraso no pagamento das férias (10%), juntamente com o descumprimento da lei do Piso do Magistério e as queixas contra o atraso no pagamento dos salários, já mencionadas, acentuam o tom defensivo da pauta de reivindicações.

Considerações Finais

Em 2012, o DIEESE registrou a ocorrência de 873 greves, que totalizaram cerca de 87 mil horas paradas. Em relação a 2011, houve aumento de 58% no número de greves deflagradas. As horas paradas, por sua vez, cresceram 37%.

A comparação com os resultados de 2011, no entanto, revela que o aumento desses indicadores está distribuído de modo desigual - não apenas entre as esferas (os números da esfera privada crescem mais que os da esfera pública), mas entre os setores de atividade da esfera privada e entre os níveis administrativos do funcionalismo público.

Na esfera privada, destaca-se o crescimento das greves realizadas no setor industrial: de 131, em 2011, para 330, em 2012. O registro das horas paradas neste setor também aumenta substancialmente: de cerca de 7 mil horas paradas para pouco mais de 15 mil.

TABELA 16
Total de greves nas esferas pública e privada, por setor de atividade
Brasil – 2011 e 2012

Esfera / Setor	Greves 2011		Greves 2012	
	nº	%	nº	%
Esfera Pública	**325**	**58,7**	**409**	**46,8**
Funcionalismo Público	**296**	**53,4**	**380**	**43,5**
Federal	33	6,0	37	4,2
Estadual	145	26,2	114	13,1
Municipal	109	19,7	227	26,0
Estadual e Municipal[1]	8	1,4	2	0,2
Federal, Estadual e Municipal[2]	1	0,2	0	0,0
Empresas Estatais	**29**	**5,2**	**28**	**3,2**
Indústria	15	2,7	12	1,4
Serviços	14	2,5	14	1,6
Comércio	0	0,0	2	0,2
Func. Público e Emp. Estatais[3]	**0**	**0,0**	**1**	**0,1**
Esfera Privada	**227**	**41,0**	**461**	**52,8**
Indústria	131	23,6	330	37,8
Serviços	91	16,4	123	14,1
Comércio	3	0,5	5	0,6
Rural	1	0,2	3	0,3
Indústria e Serviços[4]	1	0,2	0	0,0
Esfera Pública e Privada[5]	**2**	**0,4**	**3**	**0,3**
TOTAL	**554**	**100,0**	**873**	**100,0**

Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves
Nota: (1) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos estaduais e municipais
(2) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos federais, estaduais e municipais
(3) Greves empreendidas conjuntamente por funcionários públicos e trabalhadores das empresas estatais
(4) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores dos setores industrial e de serviços
(5) Greves empreendidas conjuntamente por trabalhadores das esferas pública e privada
Obs.: Somatória da duração em horas de cada greve, com limite máximo de oito horas para cada dia de paralisação

No âmbito do funcionalismo público, em contraste com a diminuição dos números de greves e de horas paradas entre os servidores estaduais, as greves dos servidores municipais aumentam de 109 para 227; as horas paradas, de 21 mil para 35 mil.

Entre o funcionalismo público municipal, o número de greves realizadas pelos servidores do ensino salta de 32 para 118 e as horas paradas aumentam de 6,6 mil para 21,3 mil. Também neste caso, uma dinâmica semelhante, de ampliação e disseminação de greves, esteve em curso.

Em fevereiro de 2012, o valor do piso nacional do magistério foi reajustado em 22,22%. Desde então, ao longo do ano, professores e auxiliares de administração escolar paralisaram atividades em municípios onde os salários não foram regularizados. Em muitos casos, as greves e paralisações foram deflagradas depois de muitos anos desde as últimas mobilizações; em outros, tratou-se efetivamente de algo inédito. Em ambos, a exigência do cumprimento da Lei do Piso foi conduzida por categorias de trabalhadores que, na negociação coletiva, até então – ou desde muito tempo – não tinham a greve como um recurso viável.

Os servidores municipais da educação, portanto, tiveram posição destacada no aumento do número de greves e de horas paradas em 2012. A pauta de reivindicações desta categoria, inclusive, relaciona-se diretamente à ênfase defensiva das greves nesse ano à luta pela sedimentação de um recente avanço, definido em lei.

Anexos

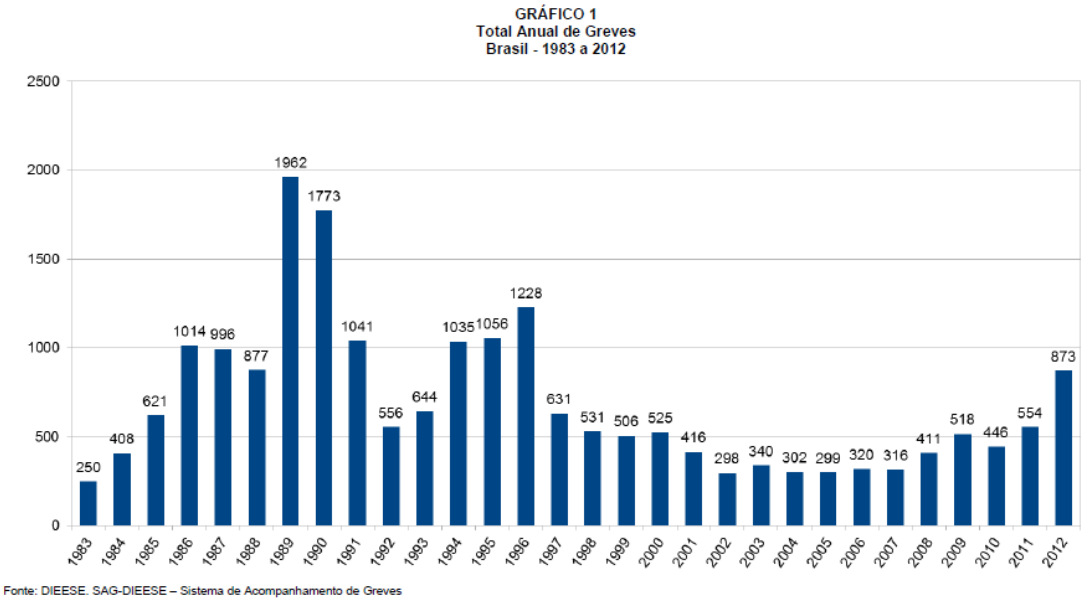
GRÁFICO 1
Total Anual de Greves
Brasil - 1983 a 2012
2500
2000
1500
1000
500
0
250
408
621
1014
996
877
1962
1773
1041
556
644
1035
1056
1228
631
531
506
525
416
298
340
302
299
320
316
411
518
446
554
873
1983
1984
1985
1986
1987
1988
1989
1990
1991
1992
1993
1994
1995
1996
1997
1998
1999
2000
2001
2002
2003
2004
2005
2006
2007
2008
2009
2010
2011
2012
Fonte: DIEESE. SAG-DIEESE – Sistema de Acompanhamento de Greves

DIEESE

Direção Executiva 2014

Presidente: Antônio de Sousa
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP
Secretária Executiva: Zenaide Honório
APEOESP Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP
Vice Presidente: Alberto Soares da Silva
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP
Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR
Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétric de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP
Diretor Executivo: José Carlos Souza
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP
Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP
Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes
Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS
Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira
Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE
Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos
Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP
Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa
Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA
Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva
Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP
Diretor Executivo: Ângelo Maximo de Oliveira Pinho
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Direção técnica
Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio
Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri
Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas
Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam
Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira
Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos
Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Angela M Schwengber

Escritório do DIEESE-DF
Max Leno de Almeida - Supervisor técnico

CONDSEF

Direção Executiva – 2014/2017

Sérgio Ronaldo da Silva - DF
Secretaria Geral
Josemilton Maurício da Costa – RJ
Secretaria de Administração
Pedro Armengol de Souza - PI
Secretaria de Finanças
Luís Cláudio de Santana - RJ
Secretaria de Imprensa e Comunicação
Maria Aparecida Silva Rodrigues - RO
Secretaria de Assuntos Jurídicos, Parlamentares e de Classe
Edvaldo Andrade Pitanga – BA
Secretaria de Política Sindical e Formação
Luís Carlos de Alencar Macedo - CE
Secretaria de Relações Internacionais
Cleusa Maria Cassiano - DF
Secretaria de Aposentados e Pensionistas
Jussara Griffo - MG
Secretaria de Políticas Públicas e Social
Neide Rocha Cunha Solimões – PA
Secretaria de Movimentos Sociais
Erilza Galvão dos Santos - BA
Secretaria de Gênero Raças e Etnias

Equipe técnica que elaborou esse estudo:

Técnico responsável
Rodrigo Linhares

Revisão técnica e crítica
Ana Clara Bellan
Carlindo Rodrigues
Luis Ribeiro
Paulo Jäger
Vera Gebrim
Victor Pagani

Apoio
Luciana Morgado (auxiliar técnica)

Alessandra de Moura Cadamuro (Subseção CONDSEF)